



Caracterização dos atletas contemplados pelo programa bolsa atleta (2013 a 2021): Implicações para o desenvolvimento do programa

*Characterization of athletes covered by the athlete grant program (2013 to 2021):
Implications for the development of the program*

*Caracterización de los deportistas amparados por el programa de becas para deportistas (2013
a 2021):*

Implicaciones para el desarrollo del programa

 João Victor Moretti de Souza^{1a}  Thiago de Oliveira Santos^{2b}  Fernando Marinho Mezzadri^{1c}

¹ Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, PR, Brasil 

² Universidade do Porto, Porto, Portugal 

Notas dos autores

Conflito de interesse: Os autores não declararam nenhum potencial conflito de interesse.

Autor correspondente: João Victor Moretti de Souza - joaomoretti@ufpr.br

Agência Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Cite como

American Psychological Association (APA)

Moretti de Souza, J. V., Santos, T. de O., & Mezzadri, F. M. (2025, jan./abr.). Caracterização dos atletas contemplados pelo programa bolsa atleta (2013 a 2021): Implicações para o desenvolvimento do programa. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, São Paulo, 14(1), 1-23.
<https://doi.org/10.5585/2025.22814>

Resumo

Objetivo: Apresentar o perfil sociodemográfico dos atletas contemplados pelo Programa Bolsa Atleta no período de 2013 a 2021 e identificar diferenças nestas características com base no financiamento suportado pelo programa.

Metodologia/abordagem: Foram utilizadas técnicas estatísticas medida de tendência central e de dispersão; análise da variância para comparação entre categorias e variáveis dependentes; teste T-student para amostras independentes para comparação entre sexo e modalidade (Olímpica e Paralímpica); e ANOVA a um fator com post-hoc de Tukey HSD para comparação entre categorias de idade e valores classificados pelo tipo de bolsa.

Originalidade/relevância: Busca-se demonstrar dados do programa Bolsa Atleta de maneira macro, diferente do encontrado na literatura, para servir de referência para outros estudos na área.

Principais resultados: Encontrou-se que existem diferenças significativas entre as seis categorias do programa entre o tipo de modalidade e as faixas etárias dos beneficiados e apontou-se que não há diferença significativa entre o sexo dos atletas beneficiados entre as categorias.

Contribuições teóricas/metodológicas: Entende-se que a própria característica normativa do Bolsa Atleta, mesmo não contando com dispositivo legal que obrigue equilíbrio entre os sexos, faz com que não ocorra diferença significativa entre atletas do sexo masculino e feminino em suas categorias. Quanto ao tipo de modalidade, o Bolsa Atleta beneficia de acordo com as características da população, com predominância de atletas olímpicos. Entre as faixas etárias, aponta-se que há predominância de atletas mais jovens em categorias mais baixas do programa, enquanto atletas próximos ao pico esportivo se encontram nas categorias mais altas.

Palavras-chave: políticas públicas, esporte de alto rendimento, bolsa atleta pódio, esporte brasileiro

^a Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (2021). joaomoretti@ufpr.br

^b Doutor em Sociologia e Gestão do Esporte pela Universidade de Lisboa, Mestre em Ciências do Esporte com especialização em Gestão do Esporte pela Universidade do Porto. thiagosantos@fade.up.pt

^c Atualmente é professor Titular da Universidade Federal do Paraná da UFPR. Coordena o Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva. Desenvolve atualmente pesquisa nas áreas de políticas públicas do esporte e gestão esportiva. Professor de graduação e pós-graduação em Políticas Públicas do Esporte. mezzadri@ufpr.br



CARACTERIZAÇÃO DOS ATLETAS CONTEMPLADOS PELO PROGRAMA BOLSA ATLETA (2013 A 2021): IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

Characterization of athletes covered by the athlete grant program (2013 to 2021): Implications for the development of the program

Abstract

Objectives: Present the sociodemographic profile of athletes covered by the Athletes Grant Program from 2013 to 2021 and identify differences in these characteristics based on the funding supported by the program.

Methodology/Approach: Statistical techniques were used to measure central tendency and dispersion; analysis of variance for comparison between categories and dependent variables; T-student test for independent samples to compare gender and sport (Olympic and Paralympic); and one-way ANOVA with Tukey HSD post-hoc to compare age categories and values classified by scholarship type.

Originality/Relevance: The aim is to demonstrate data from the Bolsa Atleta program in a macro way, different from that found in the literature, to serve as a reference for other studies in the area.

Main results: It was found that there are significant differences between the six categories of the program between the type of modality and the age groups of the beneficiaries and it was pointed out that there is no significant difference between the sex of the athletes benefited between the categories.

Theoretical and methodological contributions: It is understood that the normative characteristic of the Bolsa Atleta, despite not having a legal provision that requires balance between the sexes, means that there is no significant difference between male and female athletes in their categories. As for the type of sport, Bolsa Atleta benefits according to the characteristics of the population, with a predominance of Olympic athletes. Among the age groups, it is pointed out that there is a predominance of younger athletes in lower categories of the program, while athletes close to the sporting peak are in the highest categories.

Keywords: public policy, high performance sport, podium athlete grant, brazilian sport

Caracterización de los deportistas amparados por el programa de becas para deportistas (2013 a 2021): Implicaciones para el desarrollo del programa

Resumen

Objetivos: Presentar el perfil sociodemográfico de los atletas cubiertos por la Programa de Becas para Deportistas de 2013 a 2021 e identificar diferencias en estas características con base en el financiamiento apoyado por el programa.

Metodología/Enfoque: Se utilizaron técnicas estadísticas para medir tendencia central y dispersión; análisis de varianza para comparación entre categorías y variables dependientes; Prueba t-student para muestras independientes para comparar género y deporte (olímpico y paralímpico); y ANOVA de una vía con Tukey HSD post-hoc para comparar categorías de edad y valores clasificados por tipo de beca.

Originalidad/Relevancia: Busca evidenciar datos del programa Bolsa Atleta de forma macro, diferente a la encontrada en la literatura, para que sirva de referencia para otros estudios en el área.

Resultados principales: Se encontró que existen diferencias significativas entre las seis categorías del programa entre el tipo de modalidad y los grupos de edad de los beneficiarios y se señaló que no existe diferencia significativa entre el sexo de los deportistas beneficiados entre los categorías.

Contribuciones teóricas y metodológicas: Se entiende que la característica normativa de la Bolsa Atleta, a pesar de no tener una disposición legal que exija el equilibrio entre los sexos, hace que no exista una diferencia significativa entre atletas masculinos y femeninos en sus categorías. En cuanto al tipo de deporte, la Bolsa Atleta se beneficia según las características de la población, con predominio de los deportistas olímpicos. Entre los grupos de edad, se señala que hay un predominio de los deportistas más jóvenes en las categorías inferiores del programa, mientras que los deportistas cercanos a la cima deportiva se encuentran en las categorías superiores.

Palabras clave: política pública, deporte de alto rendimiento, atleta podio beca, deporte brasileño



Introdução

A realização dos chamados megaeventos esportivos, como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, coloca sob os holofotes os investimentos realizados no esporte, principalmente no esporte de alto rendimento. Desde o início dos anos 2000, estes megaeventos serviram como ponto de atenção que levou a entrada do esporte de alto rendimento na agenda de políticas governamentais, notadamente com a realização dos Jogos Pan e Parapan-Americanos Rio 2007, Jogos Mundiais Militares 2011, Copa do Mundo de Futebol 2014 e culminando com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 (Maoski et al., 2021). Estes eventos colocaram o esporte na agenda governamental (Moraes e Silva et al., 2016), norteando decisões para o investimento na área (Moretti de Souza, 2021) e geraram discussões sobre as prioridades adotadas e o caminho escolhido para o investimento (de Castro et al., 2023) e apontamentos indicando o aumento do investimento federal no esporte (Almeida et al., 2018).

Discussões sobre mudanças de prioridade no investimento de governos são recorrentes no esporte, como podem ser observados em Green (2006) e Green (2007), não sendo diferente no caso brasileiro, tendo passado a focar no esporte de alto rendimento por conta do período da realização dos megaeventos esportivos no Brasil. Este período, em que o esporte foi introduzido com destaque na agenda do governo brasileiro, trouxe investimentos e a criação de políticas públicas voltadas ao esporte de alto rendimento no país (Moretti de Souza, 2021).

Dentre tais políticas públicas surgidas neste período, destacam-se a Lei Agnelo Piva (Lei nº 10.264/2001), criada em 2001 e utilizando recursos das loterias federais para investimento em esporte, com percentual da arrecadação federal por meio dos jogos de loterias (ex.: megasena) sendo distribuído para ações governamentais, dentre elas o esporte, com repasse para entidades como Comitê Olímpico do Brasil, Comitê Paralímpico Brasileiro, Comitê Brasileiro de Clube, o próprio Ministério do Esporte e demais outras entidades. Já a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/06), criada em 2006 com a utilização de ferramenta de renúncia fiscal do Governo Federal, com pessoas físicas e jurídicas podendo fazer doação com percentual devido do imposto de renda para projetos aprovados esportivos pelo Ministério do Esporte, como pilares do investimento nacional (Castro et al., 2019).

Outro importante programa criado neste período foi o Programa Bolsa Atleta, tido como ponto fundamental para apoio de atletas brasileiros (Camargo et al., 2020) e funcionando com patrocínio individual do Governo Federal aos atletas brasileiros. O Programa Bolsa Atleta é desenvolvido pelo Governo Federal desde 2005, como forma de apoio direto aos atletas por

meio de recursos financeiros, beneficiou 29.922 atletas, com 80.983 bolsas entre 2005 e o primeiro semestre de 2021, em investimento previsto que supera R\$ 1.3 bilhão no período (Moretti de Souza, 2021).

Dividido em seis categorias (Brasil, 2011), o Programa Bolsa Atleta contempla atletas de categorias de base, até potenciais medalhistas em Jogos Olímpicos e Paralímpicos, tendo em sua abrangência ponto importante de sua realização. É possível entender o Programa Bolsa Atleta como uma espécie de pirâmide de desenvolvimento dos atletas, tendo em sua base as categorias Estudantil e Atleta de Base, seguida da categoria Nacional, voltada à atletas com resultados em campeonatos de nível nacional, a categoria Internacional, para atletas com resultados em campeonatos como Sul-Americanos, Pan-Americanos e Mundiais, por exemplo. A categoria Olímpica/Paralímpica contempla atletas com participação nos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos, independente do resultado obtido. E no topo da pirâmide se encontra a categoria Atleta Pódio, para atletas de modalidades individuais presentes entre os vinte primeiros colocados do ranking mundial de provas que constam no programa de provas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, com potencial de conquista de medalha, entre outros critérios (Moretti de Souza, 2021).

Importante destacar que a categoria Atleta Pódio é parte integrante do Programa Bolsa Atleta, tendo sido criada especificamente para os Jogos Rio 2016, como parte do Plano Brasil Medalha (Moretti de Souza, 2021). O Programa Bolsa Atleta foi criado pela Lei nº 10.891/2004, sendo está a norma que estabeleceu inicialmente a política pública. Já a categoria Atleta Pódio foi instituída como parte do Programa Bolsa Atleta pela Lei nº 12.395/2011, tendo uma lógica de funcionamento diferenciada, conforme aponta Moretti de Souza (2021), que também considera a categoria como um legado dos Jogos Rio 2016, por ter continuado existindo mesmo após o encerramento do Plano Brasil Medalha.

Os valores pagos aos beneficiados do programa Bolsa Atleta variam de acordo com a categoria, partindo de R\$ 370,00 ao mês (R\$ 4.440,00 em até 12 parcelas, conforme prevê a legislação) para as categorias Estudantil e Atleta de Base, categoria Nacional com R\$ 925,00 ao mês (R\$ 11.100,00 no total), Internacional com R\$ 1.850,00 (R\$ 22.200,00 no total), Olímpica/Paralímpica com R\$ 3.100,00 ao mês (R\$ 37.200,00 no total). A categoria Atleta Pódio é a única do programa com escalonamento de valores, de acordo com o ranking do atleta no momento da avaliação. Atletas entre 1º e 3º no ranking mundial de sua respectiva prova recebem R\$ 15.000,00 ao mês (R\$ 180.000,00 no total), de 4º a 8º lugares recebem R\$ 11.000,00 ao mês (R\$ 132.000,00 no total), de 9º a 16º lugares recebem R\$ 8.000,00 ao mês

(R\$ 96.000,00 no total) e entre 17º e 20º recebem R\$ 5.000,00 ao mês (R\$ 50.000,00 no total) (Brasil, 2011).

Sendo assim, pode-se considerar que o período entre a criação do Ministério do Esporte, em 2003, e a realização dos Jogos Rio 2016 foi um marco para o esporte brasileiro, recebendo investimentos e tendo destaque dentro das ações realizadas pelo Governo Federal. É possível afirmar que o esporte se aproveitou de uma janela de oportunidades (Kingdon, 2003) criada pelos megaeventos esportivos realizados para realizar estes investimentos (Moretti de Souza, 2021), mesmo que haja discussão sobre a real existência de legados deixados por tais eventos (Galatti, 2017).

A mudança de foco do Governo brasileiro para o investimento no esporte de alto rendimento pode ser observada por meio da criação das citadas políticas. A realização dos megaeventos esportivos se destaca no período, notadamente com a criação da categoria Atleta Pódio, em conjunto com o Plano Brasil Medalhas, uma ação do Governo Federal voltada a preparação brasileira para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. O Plano Brasil Medalhas consistia-se em uma série de ações e investimentos, objetivando alcançar posições determinadas no quadro de medalha dos Jogos Rio 2016, com o Brasil terminando entre os 10 primeiros nos Jogos Olímpicos e entre os 5 primeiros nos Jogos Paralímpicos, tendo o Plano um orçamento de R\$ 1 bilhão e a ampliação do Programa Bolsa Atleta, com a categoria Atleta Pódio, como uma das ações (Correia, 2016).

Considerando o período apresentado e a criação de políticas como o Programa Bolsa Atleta, esta investigação tem por objetivo caracterizar os atletas contemplados nas seis categorias do Programa Bolsa Atleta, com base nas variáveis: sexo, faixa etária e tipo de modalidade, no período que compreende os anos de 2013 a 2021. Complementarmente, com foco no financiamento, analisar possíveis diferenças entre os atletas beneficiados da categoria Atleta Pódio, a mais alta do Programa, em relação às demais categorias do Bolsa Atleta. Isto porque, entende-se que a categoria Atleta Pódio conta com critérios de avaliação e procedimentos distintos das demais categorias, concentrando recursos em atletas com resultados esportivos relevantes e potencial de medalhas, portanto, em uma lógica diferente. Sendo uma categoria que olha para o desempenho esportivo futuro dos atletas, enquanto as demais categorias funcionam como uma espécie de prêmio por resultados obtidos no passado (Moretti de Souza, 2021).

Justifica-se a escolha de uma abordagem mais global sobre o Programa Bolsa Atleta, pelo fato de a literatura sobre o tema normalmente tratar do assunto de maneira segmentada

(Dias et al., 2016; Ordonhes et al., 2016; dos Reis & Capraro, 2020; Vargas & Capraro, 2020), com trabalhos voltados a modalidades específicas ou amostras limitadas, tendo o presente trabalho uma visão mais ampla, abrangendo diferentes modalidades, buscando preencher esta lacuna com olhar macro da política

Referencial teórico

O investimento específico no esporte de alto rendimento vem gerando discussões por partir de justificativas não necessariamente comprovadas com evidências claras e diretas (Moretti de Souza, 2021). Em muitos casos, parte-se do pressuposto que o investimento no esporte “naturalmente” gera benefícios à população (Grix & Carmichael, 2012), até mesmo atribuindo benefícios em áreas como saúde, educação, redução de criminalidade e inclusão social como sendo possivelmente beneficiados pelo esporte (Green, 2004).

Nesse sentido, é apontado na literatura a possibilidade de um “ciclo virtuoso do esporte” do investimento no esporte (Grix & Carmichael, 2012), com o investimento realizado em esporte gerando o aumento de prática esportiva e consequentemente criando benefícios para a sociedade. Lógica semelhante é encontrada em discussões sobre a “pirâmide dupla do esporte”, que fala sobre investimento em atletas de alto nível gerando resultados esportivos importantes, que geram aumento da prática esportiva e consequentemente a revelação de novos atletas de alto nível (Van Bottenburg, 2002). Ainda também é possível argumentar o efeito positivo gerado pelo sucesso esportivo de atletas de alto desempenho na população, com o chamado “*feel-good factor*”, que pode gerar benefícios à sociedade por meio da satisfação da população com o esporte, além de gerar novos praticantes (Grix & Carmichael, 2012).

Estes os raciocínios acabam se relacionando com a discussão do esporte como um bem para a sociedade ou para o bem do próprio esporte (Collins, 2010), o que deve ser discutido partindo do pressuposto da administração pública e pensando no esporte como uma ferramenta de benefícios sociais dentro da sociedade. Essa discussão é trazida por Green (2004, 2006, 2007), justamente no que se refere a mudança de prioridades de governos, buscando o desempenho esportivo.

Nesse sentido e considerando o objeto deste estudo, Camargo (2020) indica que o programa Bolsa Atleta características de uma política de *welfare*, justamente por este viés assistencialista nas categorias que olham para o passado esportivo. Já Moretti de Souza (2021) coloca a categoria Atleta Pódio fora desta interpretação, por priorizar o resultado esportivo a

ser alcançado no futuro e ter procedimentos diferenciados para tal. Sendo assim, entende-se necessária uma avaliação macro das possíveis diferenças entre as seis categorias presentes no Bolsa Atleta, justamente para compreender melhor a distribuição das características dos atletas atendidos por cada uma delas.

Ordonhes et al. (2016) aponta o Programa Bolsa Atleta como uma política pública pautada na meritocracia, com a possibilidade da existência de melhores resultados esportivos dos atletas contemplados com a Bolsa por justamente beneficiar atleta já com resultados prévios obtidos. Olhando especificamente para a categoria Atleta Pódio, a lógica de busca por resultado faz ainda mais sentido, pensando nas normativas que regem a categoria – com objetivo específico de conquista de medalha -, e o contexto na qual a categoria foi criada, pensando no desempenho brasileiro nos Jogos Rio 2016 (Moretti de Souza, 2021). Este ponto também é corroborado pela discussão trazida por Houlihan & Green (2008), que apontam a busca das nações por conquistas de medalhas em Jogos Olímpicos, tendo Brasil como parte desta disputa, apoiando seu desenvolvimento esportivo em políticas públicas como o Programa Bolsa Atleta.

Ou seja, conforme apontam Grix & Carmichael (2012), a decisão de priorização do investimento no esporte parte-se de iniciativas políticas e ideológicas, enquanto Green (2006) coloca o “sucesso olímpico” como parte das justificativas utilizadas para o investimento no alto rendimento, sendo justamente o caso ocorrido no Brasil, com as decisões tomadas entre os anos de 2000 e 2016, com a realização dos megaeventos esportivos e a criação de políticas voltadas ao alto rendimento (Moretti de Souza, 2021).

Método

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa predominantemente quantitativa, com a metodologia para o estudo sendo iniciada com levantamento de amostra dos atletas beneficiados pelo Programa Bolsa Atleta entre os anos de 2013 e 2021, tendo a escolha partindo de 2013 por ser o primeiro ano de contemplação das bolsas da categoria Atleta Pódio, ou seja, sendo o 2013 o primeiro ano com as seis categorias atuais do Programa Bolsa Atleta, permitindo assim a comparação completa das informações. O levantamento dos dados foi realizado por meio de pesquisa em Diário Oficial da União (DOU) e contato do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (IPIE)

¹ com a coordenação do Programa Bolsa Atleta, da Secretaria Especial do Esporte, que forneceu dados complementares dos atletas contemplados. A coleta dos dados foi realizada por uma junção das fontes citadas, com os dados inicialmente encontrados no DOU sendo complementados com informações fornecidas pela coordenação do Programa Bolsa Atleta, gerando assim o banco de dados utilizado na pesquisa.

Foram coletadas informações como ano da bolsa, nome do atleta, CPF, data de nascimento, sexo, categoria de bolsa, tipo de modalidade, região e estado de nascimento, tabulados utilizando os programas Microsoft Excel e Power BI, totalizando informações de 55.875 bolsas obtidas por 23.775 atletas, considerando que um atleta pode ter recebido mais de uma bolsa no período.

O presente artigo foi dividido em dois momentos metodológicos, com o primeiro passo consistindo em apresentação das características dos atletas contemplados pelo Programa Bolsa Atleta entre 2013 e 2021, com a descrição das características encontradas dentre os atletas contemplados, e o segundo momento com a identificação de quais características se diferenciam na relação com o financiamento direcionado a tais atletas, sendo comparadas as características da amostra dos atletas dentro das seis diferentes categorias do Programa Bolsa Atleta. Ambos os momentos do estudo são relacionados e complementares, com o primeiro trazendo análise descritiva dos achados e a segunda com análise estatística da base de dados criada.

Os dados foram inseridos no IBM *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 27, por meio de importação, realizando-se verificação e correção de dados, chegando ao n de 55.857 após limpeza dos dados. Assumiu-se distribuição normal das variáveis estudadas, pelo teorema do limite central, o qual indica que para amostras superiores a 30 a distribuição tende para a normalidade, permitindo testar as hipóteses por meio de testes paramétricos.

Foram utilizadas as técnicas estatísticas medida de tendência central e de dispersão; análise da variância para comparação entre categorias e variáveis dependentes; teste T-student para amostras independentes para comparação entre sexo e modalidade (Olímpica e Paralímpica); e ANOVA a um fator com post-hoc de Tukey HSD para comparação entre categorias de idade e valores classificados pelo tipo de bolsa.

¹ Disponível em: <http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/>

Análise

Inicialmente são apresentados os dados relativos à amostra considerando a seleção para o comparativo com o recorte de bolsas contempladas entre os anos de 2013 e o primeiro semestre de 2021. Foram analisadas 55.875 bolsas, de todas as seis categorias do programa Bolsa Atleta. A tabela 1 apresenta a distribuição da amostra utilizada no estudo, considerando categoria de bolsa, sexo, tipo de modalidade, faixa etária, região e estado de nascimento.

Tabela 1

Apresentação da Amostra dos Atletas Contemplados Entre 2013 e o Primeiro Semestre de 2021

Variável		N (55.875)	%
Categoria de Bolsa	Atleta de Base	2.184	3,91%
	Estudantil	2.962	5,30%
	Internacional	10.779	19,29%
	Nacional	35.622	63,75%
	Olímpico/Paralímpico	2.554	4,57%
	Pódio	1.774	3,17%
Sexo	Feminino	23.378	41,84%
	Masculino	32.497	58,16%
Tipo de Modalidade	Olímpico	44.139	79,00%
	Paralímpico	11.736	21,00%
Faixa Etária	menos de 19	22.816	40,83%
	20 a 29	19.146	34,27%
	30 a 39	8.922	15,97%
	40 a 49	3.451	6,18%
	acima de 50	1.540	2,76%
Região de Nascimento	Centro-oeste	3800	6,80%
	Estrangeiro	14	0,03%
	Nordeste	7928	14,19%
	Norte	2131	3,81%
	Sudeste	29987	53,67%
	Sul	12015	21,50%
Estado de Nascimento	AC	87	0,16%
	AL	367	0,66%
	AM	648	1,16%
	AP	156	0,28%
	BA	1779	3,18%
	CE	1002	1,79%
	DF	1410	2,52%
	ES	832	1,49%
	GO	840	1,50%
	MA	424	0,76%
	MG	3741	6,70%
	MS	972	1,74%
	MT	578	1,03%
	PA	774	1,39%
	PB	852	1,52%
	PE	1740	3,11%
	PI	511	0,91%
	PR	4783	8,56%

CARACTERIZAÇÃO DOS ATLETAS CONTEMPLADOS PELO PROGRAMA BOLSA ATLETA (2013 A 2021): IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA



Variável	N (55.875)	%
RJ	7437	13,31%
RN	912	1,63%
RO	180	0,32%
RR	47	0,08%
RS	3654	6,54%
SC	3578	6,40%
SE	341	0,61%
SP	17977	32,17%
TO	239	0,43%
Naturalizados	14	0,03%

Fonte: Dados obtidos por meio do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva junto à Secretaria Especial do Esporte. Sistematizado pelo autor.

Observando os dados da amostra, é possível identificar comparativamente maior número de atendidos pela categoria Nacional com 63,75% das bolsas concedidas no período analisado, sendo este ponto esperado, considerando que os eventos aptos para contemplação nesta categoria ocorrem em maior número, além de ter maior alcance de participantes, também sendo uma categoria importante para a “alimentação” das categorias mais altas, servindo como base ampla.

A categoria Atleta Pódio aparece com o menor percentual de bolsas concedidas, com apenas 3,17% do total, o que é condizente com os critérios de entrada mais elevados na categoria, além de ser voltada aos atletas do “topo” da pirâmide do Bolsa Atleta, sendo esperado que atinja uma menor quantidade de atletas, porém com desempenho esportivo elevado.

Também se nota maioria de atletas de modalidades olímpicas, com 79% das bolsas concedidas no período, o que também é natural, considerando o menor alcance e quantidade de atletas participantes das modalidades paralímpicas (Reis, 2014). Nas faixas etárias, os atletas mais jovens, com menos de 19 anos, aparecem em maior quantidade (40,83% do total), o que é condizente com a lógica da pirâmide do Bolsa Atleta, com a base mais larga, tendo os atletas com idade mais avançada em menor quantidade, com entre 40 e 49 anos sendo 6,18% e acima de 50 anos com 2,76% das bolsas concedidas. Salienta-se que o dado da idade foi calculado com a data de nascimento dos atletas e o ano de referência da contemplação na bolsa, sendo que um atleta pode aparecer na amostra em mais de um ano, portanto, com idades diferentes.

Dentre a região de nascimento, a região Sudeste aparece como predominante, também sendo importante salientar que se trata da região com maior população², sendo natural concentrar também a maior quantidade de atletas, como ocorre também em nível estadual, com São Paulo concentrando 32,17% das bolsas distribuídas no período analisado. Também é

² Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/08/populacao-brasileira-chega-a-213-3-milhoes-de-habitantes-estima-ibge>

importante destacar que a região sudeste concentra maior quantidade de clubes formadores do país³.

Neste segundo momento, são apresentados na tabela 2 são os resultados obtidos pelo teste T-student para amostras independentes e o teste de Levene indicam homogeneidade de variância para todos os grupos comparados ($p>0,05$). Na tabela 3 são expostos os resultados da ANOVA a um fator para a comparação entre as “categorias de idade” e a existência ou não de diferenças entre os valores recebidos classificados pelo tipo de bolsa. Para todos os testes foi definido o erro tipo I para $\alpha=0,05$ (Marôco, 2010).

Inicialmente realizados teste-T student para as variáveis sexo e tipo de modalidade, conforme tabela 2, considerando o valor de cada uma das bolsas como referência para os testes.

Tabela 2

Caracterização dos Atletas de Acordo Com Sexo e Tipo de Modalidade Por Categoria de Bolsa

Característica (Considerando Bolsas)	Amostra	Média (DP)	Estudantil e Atleta de Base (N=5.146)	Nacional (N=35.622)	Internacional (N=10.779)	Olímpico/Paralímpico (N=2.554)	Pódio (N=1.774)	
Sexo*	Feminino	23.378	15.436 (10.758)	43,61%	41,05%	43,06%	45,73%	39,57%
	Masculino	32.497	15.328 (10.830)	56,39%	58,95%	56,94%	54,27%	60,43%
<i>Test-t para comparação de médias dos grupos ($t(55,873)=1,171$; $p>0,05$)*</i>								
Tipo de Modalidade**	Olímpico	44.139	14.842 (9.424)	74,64%	79,36%	88,59%	62,76%	49,49%
	Paralímpico	11.736	17.371 (14.707)	25,36%	20,64%	11,41%	37,24%	50,51%
<i>Test-t para comparação de médias dos grupos ($t(14,391)=-17,686$; $p<0,05$)**</i>								

* Sem diferença significativa entre os grupos.

** Há diferença significativa entre os grupos testados.

Fonte: Moretti de Souza (2021).

Não se detectou diferenças significativas entre os grupos para o teste da variável sexo, sendo ($t(55,873) = 1,171$; $p>0,05$) e foi encontrada diferença significativa para o tipo de modalidade, sendo ($t(14,391) = -17,686$; $p<0,05$).

³ Segundo dados do Relatório de Gestão 2022 do Comitê Brasileiro de Clubes, a região sudeste concentra 41% dos clubes por ela atendidos. Disponível em: https://www.cbclubes.org.br/upload_arquivos/202303/REL_GESTAO_CBC_2022_230310.pdf

Tabela 3

Caracterização dos Atletas de Acordo Com Categoria de Idade Por Categoria de Bolsa

Característica (Considerando Bolsas)	Amostr a	Média (DP)	Estuda ntil e Atleta de Base	Nacio nal	Internacio nal	Olímpico/ Paralímpi co	Pódio
Categorias de idade*	menos de 19	22.816	11.894 (6.495)	21.7%	59.8%	18%	0.4%
	20 a 29	19.146	17.555 (12.317)	1.1%	65.9%	22%	5.3%
	30 a 39	8.922	19.385 (13.435)	-	62.1%	19.6%	5.9%
	40 a 49	3.451	16.540 (11.275)	-	73.7%	14.8%	3.5%
	acima de 50	1.540	13.947 (7.330)	-	81.9%	14%	1%
Comparação entre os grupos <i>ANOVA a um fator com post-hoc de Tukey HSD aponta diferenças significativas entre todos os grupos [F(4,55.870)=1,207.864; p<0.05]*</i>							
(I) Categorias de Idade	J) Categorias de idade	Diferença média (I-J)		Erro Padrão	p-value		
Menos de 19 anos	Entre 20 e 29 anos	-5,661.739*		101.559	.000		
	Entre 30 e 39 anos	-7,490.350*		129.386	.000		
	Entre 40 e 49 anos	-4,646.369*		189.261	.000		
	Mais de 50 anos	-2,052.809*		272.817	.000		
Entre 20 e 29 anos	Entre 30 e 39 anos	-1,828.611*		132.826	.000		
	Entre 40 e 49 anos	1,015.370*		191.629	.000		
	Mais de 50 anos	3,608.931*		274.465	.000		
Entre 30 e 39 anos	Entre 40 e 49 anos	2,843.981*		207.722	.000		
	Mais de 50 anos	5,437.542*		285.933	.000		
Entre 40 e 49 anos	Mais de 50 anos	2,593.561*		317.548	.000		

* Há diferença significativa entre os grupos testados.

Fonte: Moretti de Souza (2021).

Para a variável faixa etária, foi realizado teste ANOVA a um fator com teste post-hoc de Tukey HSD, sendo apontada diferença significativa entre todos os grupos, sendo $[F(4,55.870) = 1,207.864; p < 0.05]$, conforme demonstrado na tabela 3.

Discussão dos resultados

Os dados apresentados apontam que, mesmo não havendo determinação nas normativas do Programa Bolsa Atleta (Brasil, 2011), existe equilíbrio de sexo entre os atletas contemplados em todas as categorias existentes, mesmo a categoria Atleta Pódio apresentando maior margem percentual entre atletas do sexo masculino e feminino. Entende-se que os próprios critérios do Programa podem ser a causa deste equilíbrio, considerando que para cinco das seis categorias, a obtenção de pódio em eventos aprovados é o critério de entrada, sendo compreensível que tais eventos contenham disputas masculinas e femininas em suas programações, com as entidades de administração do desporto indicando aqueles eventos com resultados obtidos por

atletas brasileiros⁴. Já a categoria Atleta Pódio, por sua busca de resultados em Jogos, apresenta maioria (não significativa, importante salientar) de atletas masculinos, considerando que o Brasil apresenta histórico superior de conquistas de medalhas por atletas do sexo masculino do que feminino⁵.

Destaca-se que os dados encontrados no presente estudo utilizam metodologia distinta da análise realizada por Camargo & Mezzadri (2017), onde o autor aponta que existe diferença significativa entre os valores recebidos por atletas do sexo masculino e feminino no Bolsa Atleta, considerando que o autor observou o programa Bolsa Atleta como um todo, enquanto o presente estudo observa as possíveis diferenças contidas entre as categorias, observando também o valor recebido por atletas. Salienta-se que um dos objetivos do presente estudo é observar comparativamente o recebimento do benefício por sexo entre uma categoria e outra, considerando bolsas, sendo que um atleta pode receber mais de uma bolsa. Camargo & Mezzadri (2017) também aponta maior volume financeiro recebido por atletas do sexo feminino, o que contribuiu para o entendimento de que o Programa Bolsa Atleta não faz diferenciação por sexo, algo importante para o fomento do esporte nacional, favorecendo a equidade na distribuição e fornecendo oportunidades para atletas de ambos os sexos.

Quanto ao tipo de modalidade atendida pelo Programa, nota-se diferença significativa entre as olímpicas e paralímpicas dentre as categorias, notadamente nas categorias mais altas (olímpica/paralímpica e pódio), onde há maior equilíbrio percentual entre atletas contemplados de modalidades paralímpicas em relação aos de modalidades olímpicas. Neste ponto acredita-se que a diferença nas categorias inferiores tenha relação com a menor quantidade de modalidades existentes dentre as paralímpicas (como pode ser observado na quantidade de modalidades presentes nos Jogos Olímpicos – 46 no total⁶ – e Paralímpicos⁷ – 22 –, por exemplo), o que acaba sendo traduzido para eventos menores, realizados em nível nacional.

Já o maior equilíbrio nas categorias mais altas pode ser justificado pelos critérios de entrada nas categorias mais altas, sendo a participação em Jogos Olímpicos e Paralímpicos, com a delegação brasileira sendo grande em ambos (nos Jogos Rio 2016 foram 465 atletas entre os Olímpicos e 286 atletas nos Paralímpicos), enquanto que o critério de possibilidade de obtenção de medalhas nos Jogos aproxima ainda mais os atletas paralímpicos dos olímpicos,

⁴ De acordo com o artigo 5º da Portaria MC Nº 593, de 19 de janeiro de 2021, em seu §2º, as entidades podem indicar eventos "por modalidade, prova, subcategoria etária (principal, intermediária, iniciante) e sexo, conforme o caso", enquanto o §3º determina que eventos internacionais sem brasileiros entre os três primeiros colocados podem ser substituídos por outro evento, dentro do critério do programa, o que faz com que aumente as chances de haver atletas contemplados em nível internacional.

⁵ Disponível em <https://www.cob.org.br/pt/cob/time-brasil/brasil-nos-jogos/medalhas-olimpicas> e <https://www.cpb.org.br/competicoes/jogosparalimpicos>

⁶ Disponível em <https://olympics.com/en/sports/summer-olympics>

⁷ Disponível em <https://www.paralympic.org/>

considerando que o Brasil conquista mais medalhas entre as modalidades paralímpicas (301 medalhas até os Jogos Rio 2016) do que nas olímpicas (150 medalhas até os Jogos Rio 2016).

Dentre as faixas etárias contempladas pelo Programa, também se observou diferença significativa dentre as categorias atendidas, com as categorias mais baixas (neste caso estudantil, atleta de base e nacional) apresentando maior quantidade de beneficiados nas faixas etárias mais baixas. Destaca-se que as categorias estudantil e atleta base recebem o mesmo valor de bolsa, por este motivo se apresentam juntas na estatística, e ambas apresentam idade máxima para contemplação, sendo 19 anos para categoria atleta de base e 20 anos para estudantil (Brasil, 2011).

A categoria olímpico/paralímpico apresenta sua maior faixa de beneficiados entre 30 e 39 anos, o que pode ser justificado pelo fato de a categoria exigir a participação em edição dos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos como critério de entrada, sendo assim voltada à atletas com maior experiência, devido à dificuldade de obtenção de vaga nos referidos Jogos. A categoria Atleta Pódio também apresenta sua maior faixa entre 30 e 39 anos, não distante da faixa que vai dos 20 aos 29 anos, também sendo entendido pelos critérios de entrada na categoria exigirem posição alta no ranking mundial e possibilidade de medalha, o que faz com que seja voltada à atletas mais experientes e próximos ao pico de desempenho esportivo (Longo et al., 2016). Entende-se que os atletas contemplados pela categoria Atleta Pódio se encontram justamente nessa faixa, conforme apresentam estudos realizados em modalidades específicas, como no judô (dos Reis & Capraro, 2020) e no vôlei de praia (Lourenço, 2021).

Esta caracterização apresentada pelos dados corrobora com o entendimento de que as categorias do Programa Bolsa Atleta funcionam como uma espécie pirâmide, com as categorias inferiores alimentando as superiores, considerando, por exemplo, que apenas 8,9% dos atletas contemplados pela categoria Atleta Pódio entram direto no Programa por ela (Moretti de Souza, 2021). É possível compreender que as categorias estudantil, atleta de base e nacional cumprem o papel de base dessa pirâmide, que se afunila até o topo, que seria a categoria Atleta Pódio.

Essa discussão também é condizente com o que é apresentado por (Grix & Carmichael, 2012), que apontam a possibilidade da existência de um “ciclo virtuoso” no esporte, onde o sucesso de atletas de elite pode levar a massificação do esporte por meio do aumento do prestígio internacional do país e as noções do “*feel-good factor*” da população. Ou seja, pode ser considerado importante o investimento em atletas de alto rendimento como forma de incentivar a entrada de novos atletas no esporte, aumentando assim a quantidade de praticantes,

que pode gerar novos atletas de alto rendimento no futuro, tornando assim o processo em um ciclo que leva o avanço esportivo do país.

Importante destacar que as categorias nacional e internacional contam com três subcategorias etárias, sendo principal (ou adulta), intermediária (juniores/juvenis) e iniciante (infantil), também contemplando assim atletas de categorias inferiores. Ou seja, os atletas efetivamente de categorias de base não são atendidos exclusivamente na categoria denominada atleta de base e na estudantil, podendo também ser contemplados pelas categorias nacional e internacional. Todas as categorias do Bolsa Atleta apresentam como requisito básico a idade mínima de 14 anos (Brasil, 2004), com apenas as categorias Atleta de Base e Estudantil tendo limitação máxima de idade, com 19 e 20 anos, respectivamente. No entanto, não há especificação nas normativas para as divisões etárias das subcategorias, sendo estas indicadas por meio de competições consideradas iniciante, intermediária e principal pelas entidades nacionais de administração do desporto (as confederações).

A tabela 4 demonstra a divisão em tais subcategorias entre os anos de 2013 e 2021, com 40% das bolsas distribuídas no período sendo nas subcategorias etárias iniciante e intermediária.

Tabela 4

Distribuição de Atletas Por Subcategoria Etária Por Categoria de Bolsa

Categoria de Bolsa	Não encontrado	Iniciante	Intermediária	Principal
Atleta de Base	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Estudantil	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Nacional	11,47%	17,26%	19,19%	52,08%
Internacional	12,51%	15,46%	23,69%	48,34%
Olímpico / Paralímpico	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Pódio	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Total Geral	9,73%	23,19%	16,81%	50,27%

Fonte: Dados obtidos por meio do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva junto à Secretaria Especial do Esporte. Sistematizado pelo autor.

Os atletas mais jovens se apresentam em maioria nas categorias mais baixas, enquanto os atletas mais experientes recebem bolsas de maior valor, tendo a categoria internacional como a faixa central desta pirâmide, com distribuição mais equilibrada dentre seus beneficiados. O fato de o Programa não priorizar um sexo entre os contemplados é fato positivo, dentro da

lógica presente no movimento olímpico de tentativa de igualdade de gênero⁸, com o Bolsa Atleta já apresentando seus contemplados sem diferença significativa entre sexo dentre suas categorias.

Considerações finais

Conclui-se que, mesmo sem a existência de um mecanismo legal que garanta equilíbrio entre o sexo dos atletas contemplados pelo Programa Bolsa Atleta, nota-se que tal equilíbrio existe no Programa, considerando que não existe diferença significativa entre o sexo dos atletas nas seis categorias do Programa, sendo este ponto importante para a disseminação do esporte de forma geral, sem que haja benefício para um grupo específico de atletas. Importante destacar que não existe nos mecanismos do Programa Bolsa Atleta algum tipo de direcionamento de recursos, mas que pode haver um direcionamento financeiro para determinadas modalidades, considerando variáveis como quantidade de provas e popularidade (Costa et al., 2021), mas isso não significa que seja um direcionamento realizado como parte da política, tendo o Bolsa Atleta o mérito do atleta como fundamento (Ordonhes et al., 2016).

No que diz respeito ao tipo de modalidade, notou-se diferença significativa na distribuição de atletas olímpicos e paralímpicos dentro das seis categorias do Programa. Aqui salienta-se que, segundo o IBGE, 24% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência⁹, o que torna lógica a existência de maior incidência de atletas olímpicos dentre os contemplados, sendo assim significativo o maior equilíbrio na distribuição entre as categorias mais altas do Bolsa Atleta, com os atletas paralímpicos sendo (ligeira) maioria na categoria Atleta Pódio, o que aponta para os resultados esportivos relevantes conquistados pelos atletas brasileiros em eventos paralímpicos. Fato este comprovado pela quantidade de medalhas alcançadas por atletas brasileiros em Jogos Paralímpicos (72 medalhas nos Jogos Paralímpicos Rio 2016 e 72 medalhas nos Jogos Paralímpicos Tóquio 2020), comparadas com as medalhas conquistadas em Jogos Olímpicos (19 medalhas nos Jogos Olímpicos Rio 2016 e 21 medalhas nos Jogos Olímpicos Tóquio 2020), como exemplo. Ou seja, é possível inferir que o desempenho de sucesso dos atletas paralímpicos os coloca em condições de receber mais bolsas da categoria Atleta Pódio, mesmo com a menor quantidade de atletas contemplados no total.

⁸ Disponível em <https://olympics.com/ioc/gender-equality>

⁹ Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>

Destaca-se que as políticas públicas voltadas ao esporte paralímpico contribuem para a melhora de desempenho dos atletas (Reis, 2014), existindo ações voltadas para todas as faixas etárias, sexos e tipos de deficiência, não apenas em nível federal, mas também com ações sendo realizadas em nível estadual (Reis & Mezzadri, 2018), o que leva o aumento de praticantes, expandindo a base da pirâmide também entre os esportes paralímpicos.

Dentre os dados por idade, entende-se que as diferenças significativas encontradas entre as categorias são condizentes com os objetivos distintos buscados por elas, com as categorias mais altas apresentando atletas com desempenho esportivo mais avançado, enquanto as categorias mais baixas servem mais atletas em níveis iniciantes e intermediários, existindo, portanto, predominância de atletas de categorias principais e, portanto, em seu pico de desempenho, nas categorias mais altas do Programa, enquanto as categorias mais baixas apresentam atletas mais jovens, o que condiz com a formação e desenvolvimento esportivo. Conforme aponta Moretti de Souza (2021), a categoria Atleta Pódio apresenta em sua normativa o objetivo de apoiar atletas para seu máximo desempenho esportivo, o que não ocorre nas demais categorias, tendo apenas a garantia do benefício financeiro aos atletas e sem a definição de um objetivo claro de resultados. Ou seja, é possível apontar que os atletas com desempenho internacional de maior sucesso se encontram nas categorias mais altas do programa, o que condiz com a lógica da pirâmide, com base larga e topo afunilado.

Por fim, conclui-se que este estudo, resultante de dissertação de mestrado, apresenta dados gerais sobre o Programa Bolsa Atleta, destacando alguns pontos que possam ser mais bem explorados em estudos futuros, sem a pretensão de se colocar como algo definitivo sobre o tema, e mais com o objetivo justamente de servir como base para novas investigações, especificamente para aquelas que buscam avaliar modalidades específicas, oferecendo uma base de dados geral como referência para comparações.

Como limitação do estudo, aponta-se justamente esta apresentação dos dados de forma geral, não sendo possível assim identificar as especificidades dentro de cada modalidade. Nesse sentido, entende-se a possibilidade de estudos com foco maior em cada uma das modalidades atendidas pelo Programa Bolsa Atleta, o que pode contribuir para este entendimento mais específico das diferentes dinâmicas de funcionamento.

Foi demonstrado neste texto a existência de diferenças significativas entre algumas variáveis selecionadas, que podem gerar novos questionamentos sobre as características dos

atletas beneficiados pelo Programa Bolsa Atleta, sobre a seleção destes atletas e até mesmo os objetivos previstos nas categorias presentes no Programa.

Com isso, busca-se oferecer subsídios para maior entendimento do Programa Bolsa Atleta como um todo, expondo as características amostrais dos atletas contemplados nas diferentes categorias, de maneira ampla e geral, com a intenção de fornecer dados para futuros trabalhos mais direcionados e servindo de base de comparação para modalidades específicas, criando a possibilidade de comparação com o todo.

As contribuições acadêmicas no sentido pretendido por este artigo podem ser importantes no desenvolvimento esportivo brasileiro, assim como são feitas por outros autores, como Rodrigues (2016), que avalia o processo de formulação, implementação e avaliação do Programa Bolsa Atleta, ou o trabalho de Almada (2016), que avalia os valores oferecidos também pelo Programa, estimando quais seriam os valores mínimos a serem pagos para garantir o apoio aos atletas. Essas contribuições acadêmicas são exemplos de como o universo prático da gestão poderia utilizar as informações levantadas para aprimorar as políticas públicas esportivas no país.

Possíveis contribuições práticas

Observar a amostra dos atletas beneficiados por uma política pública com a importância do Programa Bolsa Atleta é relevante para levar mais informações para os gestores responsáveis pela implementação das ações. Sendo assim, este artigo pode servir como fonte de informações e análises para contribuir com a gestão do programa, apresentando algum entendimento sobre o perfil dos atletas atendidos, o que pode contribuir para o aprimoramento da política pública de apoio aos atletas, da mesma forma que outros trabalhos acadêmicos podem fazer, sendo essencial o cruzamento das informações obtidas na academia com o que é realizado na prática.

Já é possível compreender que o Bolsa Atleta apresenta certo equilíbrio de sexo, o que é cada vez mais importante na sociedade e aponta para o caminho correto seguido pela política. Da mesma forma, entende-se que as distribuições etárias dentro das categorias são condizentes com a lógica apresentada pela política, incluindo o fomento ao esporte em um programa voltado ao alto rendimento, mesmo com algumas características que podem ser consideradas *welfare*. Esse tipo de ação com apoio aos jovens atletas em categorias mais baixas é importante para a manutenção da detecção de talentos, assim como o investimento em atletas com sucesso esportivo como na categoria Atleta Pódio também é importante para gerar interesse no esporte,



CARACTERIZAÇÃO DOS ATLETAS CONTEMPLADOS PELO PROGRAMA BOLSA ATLETA (2013 A 2021): IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

para a continuidade do ciclo virtuoso do esporte, que aponta a possibilidade de jovens atletas entrarem no esporte pela influência dos resultados alcançados por outros atletas.

Referências

- Almada, V. E. (2016). Capacidade de implementação e estimativa de valores para a Bolsa-Atleta do Governo Federal. IPEA.
- Brasil. (2004). Lei No 10.891, de 9 de julho de 2004. Institui o Bolsa-Atleta. In Diário Oficial da União, Brasília, DF, 132, 12 julho. Seção 1, p. 1.
- Brasil. (2011). Lei No 12.395, de 16 de março de 2011. Altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei no 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. In Diário Oficial da União, Brasília, DF, 51, 17 março. Seção 1, p. 1.
- Camargo, P. R. de, Santos, T. de O., Oliveira, A. P. V. de, Quaranta, A. M., & Mezzadri, F. M. (2020). O financiamento público ao atleta paralímpico no Brasil: o Programa Bolsa-Atleta estimula a permanência e a melhoria dos resultados esportivos? *Research, Society and Development*, 9(12), e18691210970.
<https://doi.org/http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i12.10970>
- Camargo, P. R. (2020). O PROGRAMA BOLSA-ATLETA: DESENVOLVIMENTO DA PERFORMANCE ESPORTIVA E POLÍTICA DE WELFARE STATE CURITIBA 2020. UFPR.
- Camargo, P. R., & Mezzadri, F. M. (2017). As características de distribuição de bolsas no programa bolsa-atleta referentes à idade e ao sexo dos atletas olímpicos e paralímpicos (Issue 2). <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.5380/jlasss.v8i2.59190>



**CARACTERIZAÇÃO DOS ATLETAS CONTEMPLADOS PELO PROGRAMA BOLSA ATLETA
(2013 A 2021): IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA**

- Castro, S. B. E. de, Scarpin, J. E., & Souza, D. L. de. (2019). Ciclo orçamentário e prioridades das políticas federais para o esporte e lazer no Brasil (2004-2011). *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 33(4), 531–549. <https://doi.org/10.11606/1807-5509201900040531>
- Collins, M. (2010). From “sport for good” to “sport for sport’s sake” - not a good move for sports development in england? In *International Journal of Sport Policy* (Vol. 2, Issue 3, pp. 367–379). <https://doi.org/10.1080/19406940.2010.519342>
- Costa, I. P., Costa, C., Ordonhes, M. T., Zamboni, K. J., & Cavichioli, F. R. (2021). O programa brasileiro Bolsa-Atleta: relações entre o investimento e os resultados esportivos entre 2005-2016. *Research, Society and Development*, 10(3), e10910312699. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.12699>
- de Castro, S. B. E., de Souza, J. V. M., de Camargo, P. R., & Mezzadri, F. M. (2023). Government budget and priorities for sports in Brazil (2004-2020). *Managing Sport and Leisure*. <https://doi.org/10.1080/23750472.2023.2196529>
- Dias, Y. R., Moraes e Silva, M., Figuerôa, K. M., Rojo, J. R., & Mezzadri, F. M. (2016). O panorama do judô no programa “Bolsa-Atleta”: uma análise entre os anos de 2011 a 2013. *Motrivivência*, 28(49), 82. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2016v28n49p82>
- Galatti, L. R. (2017). Rio 2016 legacy(?): immediate perceptions. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 31(1), 321. <https://doi.org/10.11606/1807-5509201700010321>
- Green, M. (2004). Changing policy priorities for sport in England: The emergence of elite sport development as a key policy concern. *Leisure Studies*, 23(4), 365–385. <https://doi.org/10.1080/0261436042000231646>



- Green, M. (2006). From ‘Sport for All’ to Not About ‘Sport’ at All?: Interrogating Sport Policy Interventions in the United Kingdom. *European Sport Management Quarterly*, 6(3), 217–238. <https://doi.org/10.1080/16184740601094936>
- Green, M. (2007). Olympic glory or grassroots development?: Sport policy priorities in Australia, Canada and the United Kingdom, 1960 – 2006. *The International Journal of the History of Sport*, 24(7), 921–953. <https://doi.org/10.1080/09523360701311810>
- Grix, J., & Carmichael, F. (2012). Why do governments invest in elite sport? A polemic. *International Journal of Sport Policy*, 4(1), 73–90. <https://doi.org/10.1080/19406940.2011.627358>
- Houlihan, B., & Green, M. (2008). *Comparative Elite Sport Development: systems, structures and public policy*. UK: Routledge.
- Kingdon, J. W. (2003). *Agendas, Alternatives, and Public Policies*.
- Longo, A. F., Siffredi, C. R., Cardey, M. L., Aquilino, G. D., & Lentini, N. A. (2016). Age of peak performance in Olympic sports: A comparative research among disciplines. *Journal of Human Sport and Exercise*, 11(1), 31–41. <https://doi.org/10.14198/jhse.2016.111.03>
- Lourenço, N. L. (2021). Um panorama do vôlei de praia brasileiro profissional: Perfil dos atletas, financiamento da modalidade e dinâmica de troca de duplas. UFPR.
- Maoski, D. B., Maoski, A. P. C. B., Santos, T. de O., Mezzadri, F. M., & Nascimento, T. C. (2021). Awarded accent: Occurrence of “naturalized medals” in the rio 2016 olympics +. *Movimento*, 27. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.109549>
- Marôco, J. (2010). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. ReportNumber.
- Moraes e Silva, M., Mezzadri, F. M., Figuerôa, K. M., & Starepravo, F. A. (2016). O panorama das políticas públicas de esporte no Brasil. *REVISTA OBSERVATORIO DEL DEPORTE ODEP*, 2(2), 163–188.

Moretti de Souza, J. V. (2021). Em busca da medalha: Como a mudança de prioridade do Governo Federal influenciou na criação da categoria Atleta Pódio. UFPR.

Ordonhes, M. T., da Luz, W. R. S., & Cavichioli, F. R. (2016). Possíveis relações entre investimentos públicos e obtenção de resultados: o caso da natação brasileira.

Motrivivência, v. 28(n. 47). [https://doi.org/https://doi.org/10.5007/2175-8042.2016v28n47p82](https://doi.org/10.5007/2175-8042.2016v28n47p82)

Reis, F. D. G. dos, & Capraro, A. M. (2020). Judocas brasileiros: um panorama sobre os atletas contemplados pelo programa bolsa-atleta pódio entre os anos de 2013 e 2018.

Motrivivência, 32(63), 01–18. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e72017>

Reis, R. E. (2014). POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE PARALÍMPICO BRASILEIRO.

Reis, R. E., & Mezzadri, F. M. (2018). POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES ESPORTIVAS VOLTADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ESTADO DO PARANÁ
PUBLIC POLICIES AND SPORTS ACTIONS FOR PEOPLE WITH DISABILITIES
IN THE PARANÁ STATE. Br. J. Ed., Tech. Soc, 11(01), 14–21.

<https://doi.org/10.14571/brajets.v11.n1>

Rodrigues, M. B. (2016). Programa Bolsa-Atleta e sua configuração no cenário esportivo brasileiro. UFRGS.

Schausteck de Almeida, B., Barboza Eiras de Castro, S., Mezzadri, F. M., & Lange de Souza, D. (2018). Do sports mega-events boost public funding in sports programs? The case of Brazil (2004–2015). International Review for the Sociology of Sport, 53(6), 685–

705. <https://doi.org/10.1177/1012690216680115>

Van Bottenburg, M. (2002). Sport for All and Elite Sport: Do They Benefit One Another? IX World Sport for All Congress, October, 27–30.

Vargas, P. I., & Capraro, A. M. (2020). O suporte financeiro na trajetória esportiva dos atletas da seleção brasileira de ginástica artística. *Research, Society and Development*, 9(10), e6969109089. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i10.9089>

